



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLI — Nº 072

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 1986

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 128ª SESSÃO CONJUNTA, EM 11 DE AGOSTO DE 1986

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discurso do Expediente

DEPUTADO RAUL BERNARDO — II Seminário Municipal de Baldim — MG.

1.3 — ORDEM DO DIA

1.3.1 — Leitura de Mensagem Presidencial

Nº 49, de 1986-CN (nº 18/85, na origem), submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.190, de 26 de dezembro de 1984, que dispõe sobre os novos percentuais da Gratificação de Representação de Atividade Diplomática e dá outras providências.

1.3.2 — Designação da Comissão Mista. Fixação de calendário para a tramitação da matéria

1.3.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 40 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 129ª SESSÃO CONJUNTA, EM 11 DE AGOSTO DE 1986

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO EVANDRO AYRES DE MOURA — Situação da EMATECE.

DEPUTADO JOSÉ FOGAÇA — Plano de Metas do Governo.

DEPUTADO RAUL BERNARDO — Estabelecimento de eleição direta para cargos de direção da Colônia Santa Isabel, em Betim — MG. Plataforma de candidato a cargo daquela instituição.

2.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Decreto Legislativo nº 8/86-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.181, de 10-12-84, que restabelece o incentivo fiscal de que trata o Decreto-lei nº 1.932, de 1982. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Decreto Legislativo nº 18/86-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.180, de 4-12-84, que concede isenção dos impostos de importação e sobre produtos industrializados aos bens de capital importados por empresas concessionárias dos serviços de transporte ferroviário ou metroviário de passageiros ou de carga. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Decreto Legislativo nº 19/86-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.181, de 11-12-84, que altera a legislação do Imposto de Renda. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Decreto Legislativo nº 20/86-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.183, de 19-12-84, que descaracteriza como de interesse da Segurança Nacional os municípios que especifica. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Decreto Legislativo nº 22/86-CN, aprovando o texto do Decreto-lei nº 2.184, de 20-12-84, que altera a redação do art. 2º do Decreto-lei nº 6, de 21-11-66, que modificou a legislação relativa ao Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

2.4 — ENCERRAMENTO

Ata da 128ª Sessão Conjunta, em 11 de agosto de 1986

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Passos Pôrto

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS. ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Fábio Lucena — Galvão Modesto — Odacir Soares — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — César Cals — José Lins — Carlos Alberto — Maurício Leite — Nivaldo Machado — Luiz Cavalcante — Passos Pôrto — Alaor Coutinho — Jamil Haddad — Alfredo Campos — Fer-

nando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Carlos Chiarelli — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS

Acre

Alércio Dias — PFL; Amílcar de Queiroz — PDS; Nasser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PMDB.

Amazonas

Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDT; Josué de Souza — PFL.

Rondônia

Leonidas Rachid — PFL; Múcio Athayde — PMDB.

Pará

Brabo de Carvalho — PMDB; João Marques — PMDB; Sebastião Curió — PDS.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Anual Cz\$ 92,00

Semestral Cz\$ 46,00

Exemplar Avulso: Cz\$ 0,17

Tiragem: 2.200 exemplares.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PFL; Enoc Vieira — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS.

Piauí

Celso Barros — PFL; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Gomes da Silva — PFL; Leorne Belém — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Osian Araripe — PFL.

Paraíba

Juracy Palhano — PDC; Paulo Xavier — PFL.

Pernambuco

Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; Josias Leite — PFL; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Oswaldo Lima Filho — PMDB.

Alagoas

Oséas Cardoso —.

Sergipe

Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PMDB.

Bahia

Djalma Bessa — PFL; Fernando Santana — PCB; Genivaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PMDB; João Alves — PFL; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Prisco Viana — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PFL.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; JG de Araújo Jorge — PMDB; Wilmar Palis — PDT.

Minas Gerais

Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; João Hercúlio — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses de Oliveira — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PSB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronan Tito — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Octacílio de Almeida — PMDB; Sólton Borges dos Reis — PTB.

Goias

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Siqueira Campos — PDC; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Gilson de Barros — PDT; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Sérgio Cruz — PT; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PFL; Euclides Scalco — PMDB; José Tavares — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Cacildo Maldaner — PMDB; João Paganella — PDS; Nelson Morro — PFL; Odilon Salmoria — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS.

Amapá

Geovani Borges — PFL.

Roraima

João Batista Fagundes — PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 29 Srs. Senadores e 110 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declarado aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Bernardo.

O SR. RAUL BERNARDO (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tenho em mãos o teor de uma denominada "Carta de Baldim". Baldim é uma cidade de Minas Gerais. Ali se realizou, há dias, o II Seminário Municipal de Baldim, através do qual os seus participantes manifestaram a sua

preocupação com a saúde dos trabalhadores rurais, tendo em vista, conforme eles mesmo dizem na referida carta, "as leis brasileiras sobre os agrotóxicos, que beneficiam as multinacionais produtoras de agrotóxicos, prejudicando a saúde dos trabalhadores e da população em geral".

Esperam os participantes desse seminário, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, "que sejam elaboradas leis que visem a defender nosso povo da ação desses perigosos venenos, livremente comercializados, sendo que as mesmas resguardem o direito que tem o município de legislar conforme suas necessidades relativo aos agrotóxicos, a fim de complementar leis federais ou estaduais vigentes."

Repudiam os participantes desse seminário, "a posição do Ministério da Agricultura, que pretende liberar a produção e comercialização de produtos altamente tóxicos, anteriormente proibidos e que não obedecem, na maioria das vezes, às normas básicas de controle do Ministério da Saúde."

Na denominada "Carta de Baldim", eles exigem, "que órgãos de pesquisas (Embrapa, Epamig, universidades agrícolas) desenvolvam pesquisas em busca de técnicas alternativas que visem ao melhor controle de pragas e doenças vegetais, levando a um aumento da produção de alimentos, sem causar prejuízos à saúde do povo brasileiro."

Sr. Presidente, terminando esta breve comunicação, desejo informar à Casa e a toda a Nação que esse II Seminário Municipal de Baldim reuniu trabalhadores rurais de Baldim, funcionários da Prefeitura Municipal daquela cidade, membros do Centro de Saúde, elementos integrantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade e representantes da Emater, inclusive dos Municípios de Jequitibá, Sete Lagoas, da Escola Municipal, da Ceasa de Minas, do Centro Regional de Saúde de Sete Lagoas, da área da Saúde Ocupacional da Secretaria de Estado da Saúde da Minas, da Secretaria de Estado do Trabalho, da Fundação de Assistência Social e Educacional, da Fataeng, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais e ainda do Internato Rural da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais.

Sr. Presidente, esta é a manifestação que fazemos desta tribuna em favor das conclusões, contidas nessa denominada "Carta de Baldim", dos participantes do II Seminário Municipal e que — estou certo — terão das autoridades federais, estaduais e municipais o devido apreço e a necessária consideração.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Não há mais oradores para o período de breves comunicações. (Pausa.)

Passa-se à

ORDEM DO DIA

A presente sessão destina-se à leitura da Mensagem Presidencial nº 49, de 1986-CN, que será feita pelo Sr. 1º Secretário.

É lida a seguinte

MENSAGEM N.º 49, de 1986-CN (N.º 18/86, na origem)

Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional:

Nos termos do § 1.º do art. 55 da Constituição Federal, tenho a honra de submeter à elevada deliberação do Congresso Nacional, acompanhado de exposição de motivos do Senhor Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o texto do Decreto-lei n.º 2.190, de 26 de dezembro de 1984, publicado no *Diário Oficial da União* do dia subsequente, que "dispõe sobre os novos percentuais da Gratificação de Representação de Atividade Diplomática e dá outras providências".

Brasília, 16 de janeiro de 1985. — João Figueiredo.

E.M. n.º 1.211

Em 21 de dezembro de 1984.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República:

O Ministério das Relações Exteriores solicita alteração dos percentuais atualmente fixados para a Gratificação de Atividades Diplomáticas do Grupo Diplomacia, bem como a extensão da Gratificação de Nível Superior aos integrantes daquele Grupo.

Cumpra acentuar que a proposição tem como objetivo corrigir a distorção encontrada entre a remuneração dos diplomatas em comparação com a atribuída a várias categorias funcionais, contempladas com gratificações específicas.

Convém observar que a extensão aos integrantes do Grupo Diplomacia da Gratificação de Nível Superior é decorrente do grau de formação do curso de Diplomata do Instituto Rio Branco, que foi reconhecido em 1975.

Com relação aos aspectos da Política de Pessoal, o processo já foi examinado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público — DASP, que não colocou qualquer objeção à presente solicitação.

Esclareço, finalmente, que a cobertura dessas despesas correrão à conta das dotações já consignadas no orçamento daquele órgão.

Assim, tenho a honra de submeter à elevada consideração de Vossa Excelência pro-

jeto de decreto-lei que dispõe sobre a Gratificação de Representação de Atividade Diplomática.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos do meu mais profundo respeito. — Antonio Delfim Netto, Ministro.

DECRETO-LEI N.º 2.190, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1984

Dispõe sobre os novos percentuais da Gratificação de Representação de Atividade Diplomática e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55, item III, da Constituição, decreta:

Art. 1.º A Gratificação de Representação de Atividade Diplomática de que trata o

art. 13 do Decreto-lei n.º 1.820, de 11 de dezembro de 1980, passa a corresponder aos percentuais estabelecidos no anexo a este decreto-lei, calculados sobre o vencimento básico do Grupo Diplomacia.

Art. 2.º Os integrantes de cargos do Grupo Diplomacia passam a fazer jus à percepção da Gratificação de Nível Superior correspondente a 20% (vinte por cento) dos respectivos vencimentos básicos.

Art. 3.º O disposto neste decreto-lei vigorará a partir da data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 26 de dezembro de 1984; 163.º da Independência e 96.º da República. — João Figueiredo.

A N E X O GRUPO DIPLOMACIA

| Denominações das gratificações e indenizações | Definições | Bases de Concessão |
|---|---|--|
| Gratificação de Representação de Atividade Diplomática. | Devida aos funcionários pertencentes à carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores. | Até 80% (oitenta por cento) calculados sobre o valor do vencimento básico, na conformidade de critério a ser estabelecido em ato do Poder Executivo. |

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI N.º 1.820, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1980

Reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do Poder Executivo, bem como das pensões, e dá outras providências.

Art. 13. As leis especiais que fixam remuneração mínima para categorias profissionais regulamentadas não se aplicam aos servidores públicos ocupantes de cargos ou empregos na Administração Direta da União, do Distrito Federal e respectivas autarquias.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — De acordo com as indicações das Lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Saldanha Derzi, Severo Gomes, Nelson Carneiro, Luiz Viana e os Srs. Deputados Dasso Coimbra, Juarez Bernardes, Orestes Muniz, Múcio Athayde e Israel Pinheiro Filho.

Pelo Partido da Frente Liberal — Senadores José Lins, Ivan Bonato, Nivaldo Machado e os Srs. Deputados Pedro Colin, Airon Rios e Ossian Araripe.

Pelo Partido Democrático Social — Senadores Amaral Peixoto, Arno Damiani e os Srs. Deputados Wilson Falcão e Ubaldo Barê.

Pelo Partido Democrático Trabalhista — Senador Mário Maia e Deputado Clemir Ramos.

Pelo Partido Liberal — Senador Cid Sampaio.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A Comissão Mista ora designada deverá reunir-se dentro de 48 horas para eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

O prazo regimental de 20 dias, destinado aos trabalhos da Comissão, esgotar-se-á em 1º de setembro próximo, devendo o parecer concluir pela apresentação de projeto de decreto legislativo aprovando ou rejeitando o decreto-lei.

O prazo a que se refere o § 1º do art. 55 da Constituição se encerrará em 10 de outubro vindouro.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Nos termos do art. 55, § 1º, *in fine*, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 40 minutos, neste plenário, destinada à votação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 8 e 18, de 1986-CN (8ª sessão); 19 e 20, de 1986-CN (6ª sessão); e 22, de 1986-CN (5ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 38 minutos.)

Ata da 129ª Sessão Conjunta, em 11 de agosto de 1986

4ª Sessão Legislativa Ordinária,

Presidência do Sr. Passos Pôrto

ÀS 18 HORAS E 40 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Fábio Lucena — Galvão Modesto — Odacir Soares — Hélio Gueiros —

Alexandre Costa — Américo de Souza — Alberto Silva — Helvídio Nunes — João Lobo — César Cals — José Lins — Carlos Alberto — Maurício Leite — Nivaldo Machado — Luiz Cavalcante — Passos Pôrto — Alaor

Coutinho — Jamil Haddad — Alfredo Campos — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Gastão Müller — José Fragelli — Marcelo Miranda — Saldanha Derzi — Carlos Chiarelli — Octávio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS:**Acre**

Alércio Dias — PFL; Amílcar de Queiroz — PDS; Nosser Almeida — PDS; Ruy Lino — PMDB; Wildy Vianna — PMDB.

Amazonas

Carlos Alberto de Carli — PMDB; José Fernandes — PDT; Josué de Souza — PFL.

Rondônia

Leônidas Rachid — PFL; Múcio Athayde — PMDB.

Pará

Brabo de Carvalho — PMDB; João Marques — PMDB; Sebastião Curió — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Edison Lobão — PFL; Enoc Vieira — PFL; João Alberto de Souza — PFL; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS.

Piauí

Celso Barros — PFL; Heráclito Fortes — PMDB; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Evandro Ayres de Moura — PFL; Flávio Marcílio — PDS; Gomes da Silva — PFL; Leorne Belém — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB; Osian Araripe — PFL.

Paraíba

Juracy Palhano — PDC; Paulo Xavier — PFL.

Pernambuco

Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; João Carlos de Carli — PDS; Josias Leite — PFL; Maurílio Ferreira Lima — PMDB; Oswaldo Lima Filho — PMDB.

Alagoas

Oséas Cardoso —.

§

Gilton Garcia — PDS; Hélio Dantas — PMDB.

Bahia

Djalma Bessa — PFL; Fernando Santana — PCB; Genivaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PMDB; João Alves — PFL; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PFL; José Penedo — PFL; Prisco Viana — PMDB; Raul Ferraz — PMDB; Rômulo Galvão — PFL.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; JG de Araújo Jorge — PMDB; Wilmar Pals — PDT.

Minas Gerais

Cássio Gonçalves — PMDB; Christóvam Chiaradia — PFL; Homero Santos — PFL; Humberto Souto — PFL; João Herculino — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses de Oliveira — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Luís Dulci — PT; Luiz Guedes — PSB; Melo Freire — PMDB; Milton Reis — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Ronan Tito — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Francisco Amaral — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Octacílio de Almeida — PMDB; Sólton Borges dos Reis — PTB.

Goiás

Aldo Arantes — PMDB; Brasília Caiado — PDS; Siqueira Campos — PDC; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Gilson de Barros — PDT; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Harry Amorim — PMDB; Plínio Martins — PMDB; Saulo Queiroz — PFL; Sérgio Cruz — PT; Ubaldo Barém — PDS.

Paraná

Antônio Mazurek — PDS; Antônio Ueno — PFL; Euclides Scalco — PMDB; José Tavares — PMDB; Paulo Marques — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Cacildo Maldaner — PMDB; João Paganella — PDS; Nelson Morro — PFL; Odilon Salmoria — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; João Gilberto — PMDB; José Fogaça — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Paulo Mincaroni — PMDB; Pedro Germano — PDS.

Amapá

Geovani Borges — PFL.

Roraima

João Batista Fagundes — PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 29 Senhores Senadores e 110 Senhores Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a Sessão.

Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Evandro Ayres de Moura.

O SR. EVANDRO AYRES DE MOURA (PFL — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, trago ao conhecimento de V. Ex^a a situação por que passa a EMATECE. É uma empresa de assistência técnica filiada à Empresa Brasileira de Assistência Técnica do Estado do Ceará. Tem uma plêiade de técnicos de primeira qualidade: agrônomos, técnicos agrícolas, assistentes sociais, que lutam principalmente com o pequeno e o médio produtor do interior do Nordeste. Anteriormente por ali passavam quase todos os financiamentos rurais e projetos especiais nesta área. Hoje ela se encontra marginalizada, talvez pela seriedade dos seus técnicos e de sua gente. Os programas especiais são levados politicamente àquele Estado por influência do PMDB e, por isso, a EMATECE — por não se submeter aos caprichos políticos — vem atrasando o pagamento dos salários e não tem dinheiro para as diárias ou deslocamentos. Há um verdadeiro desassossego, uma insatisfação muito grande, e até se está dizendo que há ameaça de seus técnicos serem demitidos do serviço.

Por isso, deixo nosso apelo ao Sr. Ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto, ao Ministro da Agricultura, Iris Rezende, e ao Presidente da SUDENE, no sentido de darem um basta a esse tratamento que está sendo dispensado à EMATECE, fato que ocorre pela primeira vez na história do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o compêndio mais elementar de Economia nos ensina que a inflação é um fenômeno que resulta da defasagem entre produção e consumo.

Neste País, ao longo dos anos em que vivemos debaixo de um regime de força de um governo autoritário, predominou a tese de que para corrigir esta distorção de produção e consumo, a única saída seria a aplicação de uma política inclemente de arrocho dos salários, reduzindo a demanda, através do achatamento dos salários de seus trabalhadores. Uma redução drástica do poder aquisitivo poderia — quem sabe? — levar a um equilíbrio do sistema de produção e consumo e a uma conseqüente redução do processo inflacionário.

Ficou provado, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que este conjunto de medidas, aplicado pelo governo ante-

rior, foi absolutamente malsucedido, e o resultado é que, juntamente com uma política de recessão, de arrocho de salários, de paralisação da economia, ainda assim, a inflação teimou em persistir com todos os seus fatores inerentes.

O atual Governo partiu de uma concepção política completamente diversa, de uma visão que eu poderia dizer está situada a 180º da visão do governo anterior. Se é verdade que a inflação resulta de uma defasagem, de um desequilíbrio entre oferta de bens e sua procura, o Governo atual partiu do pressuposto inverso, ou seja, ao invés de arrochar o salário, de diminuir a capacidade de compra da população, optou por uma estratégia inteiramente oposta. Em outras palavras, o Governo decidiu implementar a demanda, aumentar o poder de consumo, assegurar o poder de compra do assalariado, controlar a inflação, e, para isso, aplicou, de forma bem sucedida e com amplo apoio da população brasileira, o Plano Cruzado. Mas é evidente que a defasagem entre produção e consumo persista se, apesar do congelamento de preços, do rígido controle dos gêneros alimentícios, dos bens de consumo popular, a oferta desses bens, a quantidade desses bens disponíveis no mercado também não aumenta. Ora, para aumentar a quantidade de bens disponíveis no mercado, o Governo precisa de investimentos rigorosamente nos campos da produção agrícola e industrial. Uma política de expansão industrial planejada necessita também de infra-estrutura energética. A prática do Governo anterior era de tomar recursos externos, fazer empréstimos a juros altíssimos, que acabaram levando o País ao nível de endividamento brutal em que se encontra. O atual Governo partiu de uma outra estratégia, a meu ver muito mais inteligente e muito mais comprometida com os interesses nacionais. Se há investimentos por fazer, se é preciso expandir a produção industrial, criar condições de infra-estrutura, ter uma acumulação interna para investir, vamos fazê-lo através de recursos próprios, gerados internamente. Daí por que o Governo implantou o segundo momento do Plano Cruzado, que é o Plano de Metas, a geração de riquezas, de uma poupança interna, ao invés de recorrer a empréstimos junto a bancos internacionais, com juros escorchantes e altamente prejudiciais ao interesse do País. Com este Plano, o Governo resolve tomar como empréstimo os recursos daqueles setores, daqueles segmentos da população que fazem viagens internacionais e que utilizam automóveis, ou seja, que consomem combustíveis: álcool e gasolina. O que o Governo pretende? O Governo precisa de uma elevação, na geração de energia, da ordem de 32,6%, puxando-a para 57 milhões de quilowatts, o que equivale a quase cinco Itaipus; necessita da recuperação de 20 mil quilômetros de rodovias; da construção de 2.300 quilômetros de estradas e pavimentação de mais de 2.280 quilômetros; do aumento da produção de grãos das atuais 56 milhões de toneladas. E passem, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, as atuais 56 milhões de toneladas produzidas no Brasil são rigorosamente iguais às 56 milhões de toneladas que produzíamos há dez anos. A população e o poder de consumo aumentaram. No entanto, o nível de produção continua rigorosamente o mesmo. O Governo sabe que precisa investir e passar dos atuais 56 milhões de toneladas para 72 milhões de toneladas. Outrossim, o País precisa da ampliação da rede de armazenagem em 15,5 milhões de toneladas; do aumento da capacidade da produção de aço dos atuais 13,2 milhões de toneladas para 17,3 milhões de toneladas; do aumento geral de empregos em função desses investimentos maciços no bojo da economia. Para financiar todos esses projetos é que o Governo criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento, que ficará diretamente subordinado à Presidência da República. Esse o objetivo do Plano de Metas: implantar uma infra-estrutura para gerar o desenvolvimento e o aumento da produção, criando com isso, formas estruturais de controle da inflação. Com efeito, o controle da inflação, através de um congelamento dos preços, por decreto, não poderá ser eterno, não poderá durar para sempre. Eis por que, Sr. Presidente, posiciono-me aqui de maneira clara e de forma frontal em apoio e sustentação à política econômica do Governo, corrigindo os seus erros, criticando a má aplicação de algumas medidas, mas, no geral desta política, dando a ela toda sustentação, porque corre no sentido dos interesses nacionais e no

sentido dos interesses mais amplos da população brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Bernardo.

O SR. RAÚL BERNARDO (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no meu Estado, Minas Gerais, dois mil hansenianos e trezentos funcionários da chamada Colônia Santa Isabel, situada no Município de Betim, estão elegendo, pela primeira vez, através do voto secreto e direto, a nova diretoria da referida entidade. O processo eleitoral, organizado por um movimento denominado Reintegração dos Hansenianos, com a colaboração da Associação dos Funcionários da FHEMIG e da Associação Comunitária Santa Isabel, está contando com o referendo da Fundação Hospitalar de Minas Gerais, que se comprometeu a acolher o resultado das urnas. A reivindicação de eleições diretas e participação dos hansenianos na administração de tal colônia são muito antigos. A democracia interna, com a presença dos hansenianos nas decisões a serem tomadas naquela organização, será a única saída possível para se pôr fim às injustiças, às perseguições e à marginalização, de que têm sido vítimas, ao longo dos anos, os portadores do mal de Hansen. Os critérios para a organização dessa eleição foram definidos em assembléia-geral, quando foi eleita uma comissão eleitoral de 10 membros, integrada por representantes de várias entidades. A assembléia definiu, ainda, critérios para apresentação de candidaturas e para participação no pleito, que todos desejamos ocorra livre e secretamente.

As candidaturas aos três cargos da Direção da Colônia — Diretor-Geral, Diretor Clínico e Gerente Administrativo — foram apresentadas individualmente. Concorrem à Direção-Geral os médicos Alcino Amado Henriques, atual Diretor, e Márcio Grossi. Somente uma candidatura se apresentou para o cargo de Diretor Clínico, a do médico Aldo da Matta Machado. Já para a Gerência Administrativa apresentaram-se quatro candidaturas: a de José Vilaça Guimarães Filho, a de Angélica de Castilho, a de Heitor Pinheiro, atual Gerente e a de Iro da Silva Roque. O pleito ocorrerá no Pavilhão Márcio Campos. Poderão votar os hansenianos maiores de 18 anos, residentes em Santa Isabel, desde que munidos do cartão de consulta, contendo retrato do portador e documento de identidade. Também estão aptos a votar os funcionários da FHEMIG que servem à colônia, que deverão apresentar-se no local de votação munidos de carteira funcional ou de seu respectivo contracheque. Também os analfabetos terão direito ao voto. Aqueles hansenianos vivem, assim, Sr. Presidente, um momento histórico, na esteira da democracia que começa a chegar em Santa Isabel, Betim. Serão realizadas eleições em outras colônias. Em breve, todos os Estados do Brasil estarão seguindo este exemplo de Minas Gerais.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, um programa de trabalho de um desses candidatos, justamente aquele que disputa o cargo de Gerente Administrativo do Sanatório Santa Isabel. Trata-se do Sr. José Vilaça Guimarães Filho, atual chefe da Seção de Manutenção do Sanatório Santa Isabel, cujo lema de campanha foi exatamente o de renovar para humanizar.

Sr. Presidente, desse programa de trabalho destacam-se dois pontos que julgamos do maior interesse social para aquela região, especificamente para o Município de Betim e para a própria colônia de Santa Isabel. Primeiro solicita-se do Governo federal que promova uma reforma agrária no Sanatório Santa Isabel, distribuindo as glebas disponíveis ali existentes à população que real-

mente trabalha e cultiva a terra daquela região de Minas Gerais.

O outro ponto diz respeito à necessidade premente de pavimentação das ruas do sanatório com cobertura asfáltica, com o apoio dos Governos estadual, federal e da Prefeitura de Betim, obra que já foi orçada em cerca de 10 milhões de cruzados.

Sr. Presidente, solicito a V. Ex^a que autorize, para complementação do pronunciamento que ora faço, a publicação, nos Anais do Congresso Nacional, na íntegra, do programa de trabalho do candidato ao cargo de Gerente Administrativo do Sanatório Santa Isabel, o Sr. José Vilaça Guimarães Filho. Esse programa é composto de quatro folhas datilografadas.

(Documento a que se refere o orador)

AO POVO DE SANTA ISABEL

PROGRAMA DE TRABALHO DO CANDIDATO AO CARGO DE GERENTE ADMINISTRATIVO DO SSI.

Candidato: José Vilaça Guimarães Filho, atual Chefe da Seção de Manutenção do Sanatório Santa Isabel.

RENOVAR PARA HUMANIZAR

1º Ponto — O hanseniano é a razão da existência do Sanatório Santa Isabel. A ele deve ser dada toda a prioridade e atenção.

2º Ponto — Transferência imediata de todos os donativos p/ entidades comprometidas com o bem-estar e o amparo do hanseniano carente, tais como: Caixa Beneficente, Centro Espírita, Associação dos Moradores, Serviço Social, Sociedade São Vicente de Paula, etc.

3º Ponto — Ampliação da área Comunitária do SSI, visando a dar vazão à questão da moradia, após manter devidas conversações com a Prefeitura de Betim, Governo Estadual e FHEMIG.

Dando prioridades ao hanseniano e ao funcionário.

4º Ponto — Solicitar ao Governo Federal que promova reforma Agrária no Sanatório Santa Isabel — distribuindo glebas disponíveis à população que realmente trabalha e cultiva a terra.

5º Ponto — Melhoria da carne da alimentação in natura, passando-a para carne de 1ª, e implementação da plantação de hortaliças e frutas, visando ao seu maior consumo pelos beneficiários da mesma, como também no Hospital e nos pavilhões, através do Serviço de Nutrição e Dietética.

6º Ponto — Reforma dos prédios já existentes, dando-lhes condições físicas e segurança dos pacientes e funcionários.

7º Ponto — Pavimentação das ruas do Sanatório, com cobertura asfáltica, com apoio do Governo federal, estadual e Prefeitura de Betim, orçada em cerca de dez milhões de cruzados.

8º Ponto — Apoio a todas atividades, bem como aos clubes, criando uma praça de esportes e lazer, quadras de volei, basquete e futebol de salão.

Assumir a Manutenção da atual Praça de Esportes Dr. Orestes Diniz e facilitar a aquisição da sede social do Renascimento, bem como melhores condições e mudança da sede Social do Minas, para outro local, com melhores condições, visando a proporcionar tranquilidade aos pacientes internados no Hospital Geral, que atualmente são prejudicados com a proximidade do Hospital à Sede.

9º Ponto — Criação de uma Biblioteca Pública, na atual sede do Minas, facilitando e implementando o entrosamento entre a juventude do SSI e Citrolândia e ainda incentivando o hábito da leitura e pesquisa.

10º Ponto — Promover entendimentos com o Governo estadual e a FHEMIG, no sentido de terminar com o lití-

gio existente entre FHEMIG e Caixa Beneficente sobre as terras do retiro, buscando uma solução para o caso.

11º Ponto — Auxiliar a Caixa Beneficente no projeto de construção do Albergue para idosos e deficientes, no que couber à Direção do Sanatório.

12º Ponto — Ampliação e modernização da Olaria.

13º Ponto — Unificação das salas de costura.

14º Ponto — Reforma dos pavilhões.

15º Ponto — Implantação do horário de trabalho em regime de plantão para a lavanderia, com a contratação de bolsistas, visando melhor atendimento da área hospitalar.

16º Ponto — Manter constantes diálogo com a ASFHEMG, com o intuito de dar melhores condições de trabalho para os funcionários e fazendo valer seus direitos.

17º Ponto — Propor abolição do relógio de ponto, implantando folhas de presença nos diversos setores de trabalho, para todos funcionários. Unificação imediata da situação da bolsa de Laborterapia.

18º Ponto — Manter igual diálogo com a Associação dos Moradores, e com as entidades que visem à melhoria das condições de vida do hanseniano, nesta Comunidade.

19º Ponto — Extinguir de fato o cargo de Intendente, passando suas atribuições a quem de direito.

20º Ponto — Caso seja eleito e empossado, a escolha do novo Chefe de Manutenção será por eleição direta, entre os funcionários da Manutenção.

21º Ponto — Dentro do processo de democratização, promoverei eleições diretas, entre os funcionários do setor, sempre que houver vacância dos cargos de Chefia.

22º Ponto — Designação de um plantão administrativo para os fins de semana e feriados, oferecendo maior dinamismo na solução de possíveis problemas na nossa área.

23º Ponto — Proposta de negociação junto aos dirigentes da ASFHEMG, no sentido de melhor remunerar aos responsáveis por equipe dos setores de Manutenção, SND e Enfermagem.

24º Ponto — Colocar à disposição a sala da Gerência Administrativa durante todo expediente de trabalho, para receber todos funcionários e moradores do SSI.

25º Ponto — Este programa que apresento traduz os objetivos pelos quais lutarei em favor desta comunidade. Por isso peço o seu apoio e o seu voto.

José Vilaça Guimarães Filho. — 29 de julho de 1986.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A Presidência convoca Sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, neste plenário, destinada à apreciação da Mensagem nº 40, de 1986-CN, referente ao Decreto-Lei nº 2.186, de 1984.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Votação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 8 e 18, de 1986 — CN (8ª Sessão); 19 e 20, de 1986 — CN (6ª Sessão); e 22, de 1986 — CN (5ª Sessão).

Como não há número para deliberação, a Presidência deixa de submeter as matérias ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 18 horas e 55 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

VIA—SUPERFÍCIE

| | |
|-----------------|-------------|
| Anual | Cz\$ 116,00 |
| Semestral | Cz\$ 58,00 |
| Exemplar Avulso | Cz\$ 0,17 |

SEÇÃO II (Senado Federal)

VIA—SUPERFÍCIE

| | |
|-----------------|------------|
| Anual | Cz\$ 92,00 |
| Semestral | Cz\$ 46,00 |
| Exemplar Avulso | Cz\$ 0,17 |

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque pagável em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, conta-corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP.: 70.160

REFORMA

ADMINISTRATIVA

ORGANIZAÇÃO

DA ADMINISTRAÇÃO

FEDERAL

Decreto-Lei nº 200, de 1967

Texto atualizado e anotado

Legislação alteradora

Legislação correlata

4ª edição — 1984

500 páginas

Preço:

~~C\$ 30,00~~

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas,
Senado Federal, 22º andar. Brasília, DF — CEP 70160

Encomenda mediante cheque visado
pagável em Brasília ou vale postal.

Atende-se, também, pelo reembolso postal.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cz\$ 0,17